



Projeto de Voto n.º 351/ XIV

De Preocupação pelo agravamento da situação humanitária e violação de direitos humanos na Síria

No passado dia 15 de setembro foi tornado público o relatório bianual da Comissão Internacional Independente de Inquérito à República Árabe da Síria. Não obstante uma redução de hostilidades provocada pela pandemia nos últimos meses, continuaram as violações de direitos humanos no país, subjacentes ao sangrento conflito civil que já dura há mais de nove anos na Síria.

A província de Idlib e áreas circundantes continuam a ser o epicentro do confronto entre forças pró-governamentais e grupos armados da oposição, e apesar do cessar-fogo iniciado em 5 de março, os confrontos voltaram a intensificar-se em junho. Também ao longo da fronteira turco-síria foram retomadas as patrulhas militares turco-russas, intensificando-se os confrontos entre as Unidades de Proteção do Povo Curdo, o Exército Nacional Sírio e as forças militares turcas que atuam na área.

Com base nas investigações realizadas este ano, o relatório da ONU denuncia os horrores infligidos pelo governo sírio aos seus cidadãos. Tortura, violência sexual, pilhagens detenções arbitrárias, morte de civis em ataques sem objetivos militares definidos, desaparecimentos forçados ou condições de detenção desumanas são alguns dos crimes contra a humanidade apontados pela Comissão de Inquérito.

Também os alegados abusos ocorridos em zonas com presença militar turca começaram a ser formalmente documentados e investigados pelas Nações Unidas, nomeadamente pela ação de brigadas militares turcas que operam em conjunto com o Exército Nacional Sírio, acusados de extorsão organizada, saques, expropriação de propriedades, violação, sequestro e assassinato. Alguns destes crimes foram registados em Afrin, o enclave de maioria curda que foi ocupado pelas forças turcas em janeiro de 2018.

O agravamento da crise económica, o impacto das sanções, as consequências da pandemia de COVID-19 e a intensificação do conflito militar em algumas zonas do território tornam as condições de vida na Síria ainda mais deploráveis e desumanas, situação que não deve, nem pode cair no esquecimento.

Assim, a Assembleia da República:



1 – Manifesta preocupação para com a degradação das condições humanitárias na Síria e apela a todas as partes do conflito e à comunidade internacional que assegurem o acesso à ajuda humanitária e à proteção dos direitos humanos em todo o território, incluindo locais de confinamento ou detenção;

2 – Condena as persistentes ofensivas militares, contínuos crimes contra a humanidade e consequentes violações de direitos humanos perpetradas por diversos atores estatais e não-estatais em território Sírio, tal como descritas no Relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito;

3 – Apela a um cessar-fogo imediato e duradouro, em cumprimento da Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança da ONU e insta todas as partes do conflito a respeitarem as suas obrigações por força do direito internacional, criando condições para negociações de paz significativas.

Palácio de São Bento, 14 de outubro de 2020

As Deputadas e os Deputados,

Lara Martinho

Paulo Pisco

Diogo Leão

José Luís Carneiro

Carlos Brás



Jorge Gomes

Isabel Oneto

Maria Joaquina Matos

Maria da Luz Rosinha

Raúl Castro

Pedro Sousa

Manuel dos Santos Afonso

Hugo Oliveira